

Ocupação e desflorestamento numa área de fronteira: Vale do Mucuri, MG – 1890 a 1950

Marcos Lobato Martins¹

Uma das últimas fronteiras agrícolas do Sudeste, a bacia do Mucuri teve seu processo de ocupação concentrado entre as décadas de 1890 e 1950. As imensas terras devolutas da região, cobertas por densas florestas, foram “desbravadas” por camponeses, garimpeiros e pecuaristas. O café, com certa expressividade até os anos 1920, o gado e a madeira adquiriram destaque na pauta de exportações regional, simultaneamente ao avanço das fazendas sobre as matas.

A ocupação do Mucuri, indissociável do processo de conversão da Mata Atlântica, representa episódio importante da história das florestas brasileiras, abarcando articulações entre grilagem de terras, extermínio de povos indígenas e destruição do ambiente natural. O foco deste trabalho é analisar os distintos modos de apropriação das terras devolutas florestadas no Mucuri, de modo a avaliar o papel que os diferentes agentes vinculados à ocupação da bacia – governo, camponeses, fazendeiros de gado e madeireiros – desempenharam na transformação das paisagens naturais, sem perder de vista os significados que eles conferiram à terra e à mata, seus interesses e os conflitos que os enredaram.

O trabalho tem quatro partes. A primeira parte apresenta breve descrição do ambiente original da bacia do Mucuri, marcado pela exuberância da floresta úmida. A segunda parte discute a política do governo mineiro para as terras

¹ Professor adjunto do Departamento de Ciências Humanas da Universidade Federal de Alfenas, MG, Brasil. lobatohistoria@hotmail.com

devolutas e as matas, de forma a mostrar as intenções e os limites da ação estatal na ordenação e “racionalização” da exploração econômica da fronteira. A terceira parte trata das diferentes estratégias de apropriação dos terrenos e recursos naturais no Mucuri, levando-se em conta as visões de mundo e os costumes de camponeses, agregados e pecuaristas num contexto de baixa eficácia fiscalizatória do Estado. A quarta parte aborda a associação entre indústria madeireira (de capitais vinculados a São Paulo e ao Rio de Janeiro) e grandes fazendeiros locais, especialmente nas porções leste e norte da região, cujos impactos ambientais se mostraram tão negativos.

As fontes empregadas são variadas, prevalecendo as de extração local, compulsadas e construídas em viagens de campo realizadas ao longo dos anos 2008 e 2009. Destacam-se os relatos de viajantes estrangeiros e os textos de memorialistas locais, os documentos dos Cartórios de Ofícios e Notas de Malacacheta e Águas Formosas, e os depoimentos de antigos moradores do Vale do Mucuri. O recurso à história oral se justifica porque a ocupação de grande parte da região é recente, abrangendo a primeira metade do século XX.

As paisagens da bacia do Mucuri no início da ocupação

Certa diversidade regional é a tônica na bacia do Mucuri (ver anexo 1), cuja superfície de 14 mil km², localizada no extremo nordeste de Minas Gerais, outrora foi domínio de matas densas com árvores de até 30, 40 metros de altura. Na porção oeste da região, o relevo é mais movimentado e montanhoso (70% da área), com altitudes que ultrapassam os 1.100 metros. Já na direção leste, a morfologia torna-se suavemente ondulada (60% da área), marcada pela presença de elevações rochosas (de granito) do tipo “pão-de-açúcar”, os inselbergs, mares de morros e platôs extensos. Enquanto no oeste os vales são estreitos, no leste da bacia os vales se mostram geralmente mais largos e de fundos chatos, constituindo planícies aluvionais descontínuas entre as colinas.

Os solos predominantes da região são argissolos e latossolos, compostos por areia fina argilosa, de coloração amarelada na superfície, que têm acúmulo de óxidos e hidróxidos de alumínio e ferro. São solos bastante vulneráveis à erosão e de fertilidade relativamente baixa.

O clima na bacia do Mucuri é do tipo tropical úmido, com verão e inverno bem demarcados. As temperaturas médias situam-se acima dos 20° C. Na porção oeste da região, o inverno é bem frio e o verão agradável. No centro-leste, ao contrário, as temperaturas ultrapassam facilmente os 32° C durante todo o ano. Os níveis pluviométricos no Mucuri, que variam de 800 a 1200 mm anuais, ficam bem acima dos do sertão do Nordeste e dos vizinhos Norte de Minas e Vale do Jequitinhonha.² A região também não apresenta estiagens tão prolongadas como as que ocorrem nas partes setentrionais do Jequitinhonha. Isso se deve à influência de massas vindas do Oceano Atlântico que não encontram barreiras para penetrarem na região. E são as chuvas que respondem, no Mucuri, por grande parte da atividade morfogenética.

Originalmente, a vegetação do Vale do Mucuri era parte da Mata Atlântica, úmida e quente. Em termos mais precisos, a vegetação original compreendia quatro tipos diferentes de florestas.³ Na porção, havia a floresta ombrófila densa, com a presença de fanerófitos associados a lianas e epífitas. Na porção central, predominava a floresta ombrófila aberta, com árvores mais espaçadas e estratos arbustivos pouco densos. Na porção norte, encontrava-se a floresta estacional decidual. Entretanto, na maior parte da superfície da bacia hidrográfica imperava a floresta estacional semidecidual.

Convém ressaltar que a elevada biodiversidade no ambiente regional ocorria em virtude da oferta dos mais variados recursos advindos da própria estrutura da floresta, com diferentes níveis de cobertura vegetal (estratos baixo, médio e alto), locais propícios para nidificação e reprodução, como

² FONSECA, Gizelle L.; GONÇALVES SOBRINHO, Leilane C. *Aspectos climáticos da bacia do Mucuri*. Belo Horizonte: IGA, 2009. 33 p. (Relatório técnico “Diagnóstico socioambiental da bacia do Mucuri”, eixo temático: Geografia Ambiental).

³ Ver IBGE. *Mapa de vegetação do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. Escala 1: 5.000.000.

buracos no solo, em troncos, acúmulo de folhas no chão, elevada umidade e sombreamento, entre outros.

Uma descrição viva, embora mal humorada, da vegetação que cobria as áreas ribeirinhas dos rios Mucuri e Todos os Santos foi deixada pelo Barão Tschudi, ressaltando a densidade da mata, a presença de árvores gigantescas, muitos bambus e vegetação rasteira quase impenetrável. Conforme as palavras do viajante suíço:

Na floresta virgem, a não ser ao investigá-la, o olhar não encontra nenhum repouso. Os detalhes são maravilhosos, mas a totalidade é cansativa. (...) Uma extraordinária força reprodutiva consegue juntar aqui espécies de uma variedade inesgotável até formar um caos quase indecifrável, mas falta harmonia ao conjunto; falta luz e falta ar; não há horizonte que delimite a paisagem; falta uma moldura. O olhar procura o alto, em vão, pelo céu azul e só encontra densas copas de árvores. O ar, quente e abafado, tem cheiro pútrido. A floresta não alegra a alma; ela angustia.⁴

As representações da floresta tropical virgem como “inferno verde” – úmido, quente, caótico, escuro, insalubre – informavam a descrição do Barão e, certamente, eram compartilhadas pelos dirigentes da Companhia do Mucuri e pelos colonos estrangeiros que chegaram para “civilizar” o sertão do Mucuri nos anos 1850 e 1860.⁵ Por outro lado, a nenhum desses atores escapou a percepção da riqueza de recursos naturais contida na floresta, a começar pelas madeiras: braúna, pau d’arco, aroeira, ipê, peroba, bálsamo, itapecuru, jacarandá, sapucaia, sucupira, angelim, cedro, jequitibá, vinhático, gameleira (usada como lenha), barriguda (cuja paina era usada para enchimento de travesseiros), pau-brasil etc. Os bichos também eram muitos, de espécies variadas, algumas das quais úteis aos povoadores.

⁴ TSCHUDI, Johann Jakob von. *Viagens através da América do Sul*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2006. Vol. 1, p. 194.

⁵ Para discussão aprofundada das visões da floresta do Mucuri pelos viajantes estrangeiros oitocentistas, ver DUARTE, Regina Horta. “Olhares estrangeiros. Viajantes no vale do rio Mucuri”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, 2002, Vol. 22, n° 44, pp. 267-288.

Evidentemente, o estoque de terras virgens e de recursos naturais estimulou a incorporação da região à dinâmica socioeconômica brasileira.⁶ A bacia do Mucuri foi conquistada por colonos ao longo dos séculos XIX e XX, por meio de três frentes de povoamento. A partir das décadas iniciais do século XIX, o sudoeste do vale recebeu fazendeiros, camponeses e garimpeiros que, por assim dizer, “transbordaram” da região de entorno de Minas Novas. Em meados do Oitocentos, as áreas próximas à calha dos rios Todos os Santos e Mucuri foram ocupadas por colonos e fazendeiros atraídos pela Companhia do Mucuri, interessada em explorar a madeira das matas e estabelecer lavouras de mantimentos, café, cana e algodão. A partir dos anos 1890, migrantes do Jequitinhonha, Norte de Minas e Bahia, fugindo das secas e da concentração de terras nas mãos de grandes pecuaristas, adentraram as porções norte e leste da bacia do Mucuri, especialmente o Vale do Pampã.⁷ Para todos estes migrantes, a abundância de terras e recursos hídricos no Vale do Mucuri representava promessa de vida melhor, associada à posse e ao cultivo de terras devolutas. Tanto que os colonos pioneiros e os memorialistas do Pampã construíram o imaginário de que a região constituía um Paraíso, que recebeu gente fugindo do desespero, da falta de recursos e das calamidades da seca, conforme se pode ler na obra de Péricles Santos: “Fluíram noite e dia, hordas imensas de romeiros (...) destinando-se às paradisíacas terras do sul, onde se podia sentir o aroma suavizador das matas e enxergar o borbulhar das águas das fontes”.⁸

As “drogas” da floresta também motivaram a instalação de colonos no Mucuri. O extrativismo florestal foi uma

⁶ Para uma história da ocupação das matas do Médio Jequitinhonha e do Mucuri ver RIBEIRO, Eduardo Magalhães. *Lembranças da terra: histórias do Mucuri e Jequitinhonha*. Contagem: Cedefes, 1996.

⁷ Ver MARTINS, Marcos Lobato e NUNES, Marcos Antônio Nunes. “O povo saía quando o recurso era pouco: migrações rurais do Médio Jequitinhonha para o Vale do Pampã nos séculos XIX e XX”. *Anais do Seminário Visões do Vale* 4. Belo Horizonte: UFMG, maio 2009.

⁸ SANTOS, Péricles R. *Pioneiros de Águas Formosas*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1970, p. 15.

das atividades que levaram pioneiros para a região. A raiz de ipecacuanha, popularmente conhecida como poaia, bastante usada pela medicina dos séculos XVIII e XIX, estimulou a entrada de “raizeiros” na porção sudoeste da região, desde as primeiras décadas do século XIX. Relatos de viajantes estrangeiros como Pohl e Saint-Hilaire mencionam a presença dos “raizeiros” nas cabeceiras do Mucuri.⁹ Na década de 1850, o Barão Tschudi observou o comércio de produtos da floresta em Filadélfia (atual Teófilo Otoni). Mercadores instalados no povoado que sediava a operação da Companhia do Mucuri recebiam dos índios grandes quantidades de poaia, peles de animais e cera preta de abelhas selvagens.¹⁰

Cerca de quarenta anos depois, na porção norte do vale, nas cabeceiras do rio Pampã, homens dedicados ao extrativismo florestal entraram novamente em ação. Os “raizeiros” estiveram entre os pioneiros de Águas Formosas, Crisólita, Fronteira dos Vales e Machacalis, continuando ativos nas matas da região até a década de 1940. O estilo de vida desses homens é descrito pelo depoimento de Santos Silva Veiga (morador de Fronteira dos Vales, nascido em Joáima, em 1934), nos termos seguintes:

Nós abrimos uma terra aqui em Machacalis, 10 alqueires de terra. Eu e meu pai abrimos. Eu tinha uns doze anos. Tinha uns negros lá que viviam de poaia. Levavam pra Machacalis um saco de poaia, vendia lá, fazia a feira, vinha e comia. Quando tava para acabar, eles iam pra mata arrancar mais poaia. Desse jeito eles viviam, no meio do mato, em cabanas cobertas com folhas, uns poucos pertences e uma espingarda de caça. De vez em quando, eles vinham para a rua, só o tempo de comprar alguma coisa.¹¹

⁹ POHL, Johann Emanuel. *Viagem no interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: Edusp, 1976. SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.

¹⁰ TSCHUDI, Johann J. V. *Op cit.*, Vol. 1, p. 232 e 261.

¹¹ Depoimento de Santos Silva Veiga, 17/07/2008, colhido por Reginaldo Gonçalves de Souza.

A política mineira para as terras devolutas e florestas

O processo de ocupação de áreas de fronteira depende de muitas variáveis. A fisionomia da região – clima, relevo, solo, hidrografia, flora, fauna, etc. – tem papel decisivo, trazendo a natureza para o palco da história. Mas também importam as motivações econômicas, os costumes, valores, hierarquias e representações sociais das populações pioneiras, bem como o repertório de suas técnicas, necessárias para a definição e exploração do quadro de recursos naturais da área, nas diferentes épocas da história. A essa lista de variáveis deve-se ainda acrescentar o direito, isto é, quadro normativo que, em cada época, delimita as formas (legais e ilegais) de apropriação do espaço.¹²

Por conseguinte, a história das matas da bacia do Mucuri deve examinar os marcos políticos e legais dentro dos quais ocorreu a ocupação desta que foi uma das últimas fronteiras agrícolas de Minas Gerais. É preciso compreender as iniciativas governamentais relacionadas às terras devolutas, à promoção da colonização e à defesa das matas públicas.

A Constituição da República, promulgada em 1891, no artigo 64 estabeleceu que as terras devolutas existentes nos territórios dos Estados constituíam patrimônio das unidades federadas. Para decidir sobre o modo como essas terras seriam alienadas, Antônio Augusto de Lima, Presidente de Minas Gerais, nomeou comissão para propor ao Congresso Mineiro as bases de uma lei específica.¹³ A legislação mineira optou pelo regime de alienação, pelo qual os interessados nas terras devolutas deviam comprá-las diretamente em hasta pública ou solicitar concessões. A medição dos terrenos corria à expensa dos interessados, pagando-se 75 réis por metro corrente de perímetro nas zonas de mata e 30 réis nas de

¹² SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. História das paisagens. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997, pp. 203-216.

¹³ Cf. Relatório apresentado ao Dr. José Cesário de Faria Alvim, novo Presidente de Minas Gerais, pelo ex-presidente Antônio Augusto de Lima, em 15 de junho de 1891. Ouro Preto: Typ. de J. F. de Paula Castro, 1892, p. 48.

campo.¹⁴ O território mineiro foi dividido em sete distritos de terras, com suas respectivas comissões chefiadas por um engenheiro, com sede nas cidades de Manhuaçu, Caratinga, São Domingos do Prata, Peçanha, Teófilo Otoni, Montes Claros e Uberaba. Os distritos de terras respondiam pela operacionalização e fiscalização da política estadual para os terrenos devolutos.

Os objetivos da política de terras de Minas Gerais foram dois: promover o povoamento do solo e favorecer o aumento da produção, por meio da colonização sistemática com o emprego de trabalhadores estrangeiros ou nacionais. O discurso do Governo do Estado era o de facilitar o mais possível a venda de terras públicas a quem se propusesse a cultivá-las. Também não foram criados óbices aos que apresentaram propostas de contratos de concessão para colonização e exploração da indústria agropecuária. Nesses casos, o governo impunha algumas exigências garantidoras do interesse público e da execução dos serviços pelos concessionários, dentro de prazos determinados, sob pena de, no caso de descumprimento das cláusulas, voltarem às terras ao domínio do Estado. Para as zonas de campo, as exigências governamentais diziam respeito à fundação de estabelecimentos pastoris, fixando-se número mínimo de cabeças de gado que deveria ser neles colocado, a plantação de forragem, a criação de postos zootécnicos e a fundação de escolas onde se dariam noções sobre a lida com o gado. Para as áreas de floresta, as exigências relacionavam-se à abertura de lavouras, fixação mínima de famílias de colonos e a instalação de escolas que transmitissem noções básicas de agricultura. A expectativa dos governos mineiros, de que os contratos de concessão de terras devolutas trariam grande incremento à agropecuária no Estado, não vingou. Isso fica evidente pelo baixíssimo número de contratos assinados, fato que demonstra pouca atratividade das terras devolutas para a aplicação de vultosos capitais em empresas agrícolas, uma vez que elas

¹⁴ Mensagem dirigida pelo Vice-Presidente do Estado, Dr. Joaquim Cândido da Costa Sena, ao Congresso Mineiro em sua 4ª sessão ordinária da 3ª legislatura no ano de 1902. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1902, p. 40.

se achavam situadas bem afastadas dos centros de consumo e de vias férreas.¹⁵

A lentidão dos processos de venda e legitimação de terrenos devolutos, o pequeno aparelhamento e a má organização dos procedimentos do serviço de terras, as protelações dos ocupantes de posses antigas (de acordo com a Lei n. 601 de 1850 e respectivo regulamento) em providenciar sua legitimação, a ausência de permissão de permuta de terras devolutas por outras de propriedade particular nas margens de estradas de ferro, adequadas para colonização, tudo isso concorria para que a regular e sistemática ocupação do solo em vastas porções mineiras seguisse obstruída. Mesmo assim, gradualmente, as terras devolutas sofreram valorização, especialmente a partir dos anos 1910, como mostra a tabela abaixo:

Tabela 1: Terras devolutas em MG – preço médio por hectare (1911-1914)

Ano	Preço Médio (hectare)
1911	3\$678
1912	4\$063
1913	5\$507
1914	6\$813

Fonte: Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado, Dr. Delfim Moreira da Costa, ao Congresso Mineiro em sua 1ª sessão ordinária da 7ª legislatura no ano de 1915. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1915. p. 136.

É forçoso ressaltar que a política de terras mineira não atendia às necessidades dos pequenos lavradores e posseiros. Os custos de medição de terras, a valorização do preço do hectare que devia ser arrematado em hastas públicas, a burocracia e a morosidade dos processos

¹⁵ Até os anos 1920, somente o município de Teófilo Otoni, atravessado pela Estrada de Ferro Bahia-Minas, possuía terras devolutas em situação mais favorável no que se refere ao acesso a meios modernos de transporte.

dificultaram aos pequenos lavradores adquirir legalmente áreas devolutas e, aos posseiros, legitimar suas posses antigas.¹⁶

Em 1916, o Secretário de Agricultura Arthur da Silva Bernardes obteve mudança significativa na legislação mineira de terras públicas, aprovando o Regulamento n. 4.496. A partir de então, as operações relativas ao estudo e medição das terras passaram a ser feitas por profissionais pagos pelo Estado.,. Depois de demarcados e avaliados os lotes, que deveriam constituir pequenas propriedades agrícolas ou pastoris, os terrenos eram levadas à venda em hasta pública, podendo antes ser cedidos aos posseiros com direito à preferência para a aquisição da terra pelo preço mínimo legal. A intenção da mudança foi explicada pelo próprio Arthur Bernardes, já na condição de Presidente de Minas Gerais, em mensagem dirigida ao Congresso estadual no dia 15 de junho de 1919:

O nosso objetivo não é obter renda avultada, mas acautelar o patrimônio do Estado e associar o problema da colonização ao das terras públicas, legitimando pela compra a ocupação de moradores estabelecidos com culturas nos lotes e localizando pequenos proprietários rurais. A cidadãos brasileiros, chefes de família, que provem ser homens de trabalho, concede-se gratuitamente um lote de 25 hectares de terras de cultura ou de 50 de terra de criação. É a instituição do pecúlio de família, semelhante ao *homestead*, tão justamente gabado pelos seus benéficos efeitos na grande república Americana.¹⁷

Bernardes e seu sucessor, Fernando de Mello Vianna, quiseram destinar as terras devolutas mineiras preferencialmente para pequenos fazendeiros, estratégia

¹⁶ Na prática, a Lei n. 369, de 27 de agosto de 1899, regulamentada pelo Decreto n. 2.680 (03/12/1909), não surtiu efeito. Ela mandava fazer a concessão gratuita de lote de 20, 30 ou 50 hectares a todo cidadão brasileiro que requeresse terras, com a obrigação de cultivá-lo, nele edificar e residir, medi-lo e demarcá-lo no prazo de cinco anos. Esses lotes não poderiam ser penhorados ou vendidos, exceto em condições previstas pelo regulamento.

¹⁷ Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado, Dr. Arthur da Silva Bernardes, ao Congresso Mineiro, em sua 1ª sessão ordinária da 8ª legislatura do ano de 1919. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1919, p. 78.

que tinha como objetivo estancar a sangria populacional decorrente das intensas emigrações para os estados vizinhos. Eles pregaram o desaparecimento do regime de latifúndios indivisos, cujos possuidores arrogavam direitos fundados em documentos fraudulentos. Mesmo que houvesse nesse discurso boa dose de retórica, há que se reconhecer o contraste com a orientação dos governantes paulistas no que se refere à ocupação do Oeste daquele estado. No caso de São Paulo, as autoridades nada fizeram diante do esbulho possessório nas zonas de fronteira, como assinalou Amador Cobra, em 1923.¹⁸ Os paulistas entenderam que era melhor “abrir os diques” das terras devolutas para os plantadores de café e, com isso, encher os cofres públicos com os impostos de exportação. A atitude de São Paulo para com os ocupantes das terras devolutas do Oeste foi liberal – não houve discriminação de terras nem combate à grilagem.

Na tentativa de otimizar o serviço de terras do Estado, Arthur Bernardes tomou várias medidas: a) contratação de mais agrimensores e auxiliares desenhistas; b) criação de novos distritos de terra (em 1924, implantaram-se os distritos com sedes em Aimorés e Jequitinhonha); c) concessão de prêmios para os chefes de distritos (calculados sobre as áreas medidas) e os agrimensores (calculados sobre a metragem de caminhamento); d) organização de maior número de hastas públicas para venda das terras devolutas, cuidando de melhorar a divulgação dos respectivos editais; e) levantamento e organização do quadro de débitos dos concessionários.

De fato, o serviço de terras de Minas Gerais produziu números mais robustos a partir de 1919, alcançando o auge no ano de 1924. É o que evidencia a tabela a seguir:

¹⁸ COBRA, Amador N. *Em um recanto paulista*. São Paulo: Hennes, 1923.

Tabela 2 : Renda do serviço de terras de Minas Gerais (1916-1927)

Ano	N. de Títulos	Área total (hectares)	Arrecadação
1916	109	14.781,3	54:421\$115
1917	39	5.266,9	21:864\$620
1918	204	21.287,3	110:341\$573
1919	161	14.037,9	79:816\$391
1920	119	15.116,1	109:604\$072
1921	46	5.963,3	42:171\$129
1922	21	3.905,5	27:233\$627
1923	443	41.223,3	613:760\$292
1924	470	69.724,8	640:487\$513
1925	245	32.945,2	408:024\$161
1926	277	30.985,4	421:542\$994
1927	214	36.831,3	464:227\$877

Fonte: Mensagens dos Presidentes de Estado de Minas Gerais ao Congresso Mineiro. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1923 a 1928.

Persistiram, contudo, as queixas do governo mineiro relativas às invasões dos terrenos devolutos, ao número elevado de concessões sem andamento e ao emaranhado de títulos e transações feitas em boa fé pelos descendentes dos primeiros ocupantes das regiões, dificultando a distinção entre terras públicas e privadas, especialmente nas bacias dos rios Doce e Mucuri.

Quanto à política florestal do governo de Minas Gerais, ocorreu inflexão na administração de Arthur Bernardes, iniciada no ano de 1919. Antes de Bernardes, as extensas florestas eram vistas como obstáculos ao avanço da “civilização”, depósitos de riquezas ainda inexploradas pelo trabalho de colonos e pequenos proprietários rurais. O governo, portanto, incentivava o “desbravamento” e a ocupação legal das terras devolutas florestadas, esperando a sua conversão em lavouras e pastos. As queixas das autoridades eram endereçadas aos que sacrificavam inutilmente as matas, malbaratando-as pela ignorância ou incúria. Na verdade, os governos estaduais lamentavam as perdas de receitas provocadas pela exploração clandestina e predatória das florestas e as dificuldades para aplicar multas sobre madeireiros e mineradores. Nesse sentido, os governantes

mineiros fliavam-se a uma tradição que remontava ao fim do século XVIII: a crítica ambiental progressista, pragmática e cientificista, elaborada no âmbito de discussões sobre a modernização econômica, social, tecnológica do Brasil. Uma visão que pretendia “o estabelecimento de uma relação benéfica com o meio natural (...) para um propósito bem mais audacioso: modificar o rumo da sociedade brasileira, ou de algumas de suas expressões regionais, de forma a situá-la em um patamar superior de racionalidade e justiça”.¹⁹

Arthur Bernardes trouxe mudanças de ênfase e estratégia na política florestal mineira sem, contudo, romper com a perspectiva dos seus antecessores. Pode-se afirmar que Bernardes levou ao paroxismo a crítica ambiental oitocentista. Diante da velocidade com que desapareciam as matas, em função das demandas crescentes de matérias-primas tanto no Sudeste brasileiro quanto na Europa e nos Estados Unidos, Bernardes considerou que o problema do combustível vegetal e da madeira era inquietante e exigia solução prática e segura: o reflorestamento. Posição exposta aos congressistas estaduais na Mensagem de 1923:

A destruição das florestas foi até pouco tempo uma necessidade imperiosa para o estabelecimento dos povoadores de largas regiões do Estado. A mata era o obstáculo a vencer (...). Mas seria um crime continuar a derrubar a mata para formar latifúndios com pastagens de capim gordura e empregar o bárbaro processo das queimadas primitivas (...). O desaparecimento das massas florestais se fez de modo tão rápido e assustador, que não se pode adiar mais a constituição de reservas para exploração industrial de madeiras e outros produtos florestais, para a preservação dos peixes, das aves e da caça, enfim para a conservação, estudo e utilização da nossa flora e fauna florestal.²⁰

¹⁹ PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002, p. 284.

²⁰ Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado, Raul Soares de Moura, ao Congresso Mineiro lida na abertura de sua 1ª sessão ordinária da 9ª legislatura. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1923, p. 119-120.

O discurso do governador mineiro vocalizava as apreensões de setores de classe média com as consequências das queimadas, das fornalhas das estradas de ferro, dos fornos de fundição e dos fogões dos lares que consumiam milhões de toneladas de lenha. No Brasil dos anos 1910 e 1920, uma “classe média crítica (...) estava especialmente irritada com a alta dos preços de varejo da madeira e da lenha”, lançando anátemas contra fazendeiros, diretores de companhias ferroviárias e funcionários governamentais a quem culpavam pela situação. Por isso, ganhavam corpo no seio das elites tecnocráticas e científicas propostas conservacionistas “influenciadas por uma emergente ideologia de estatismo e intervenção social”, formuladas em termos explicitamente políticos e contundentes.²¹ No caso de Arthur Bernardes, havia principalmente a preocupação com o futuro da siderurgia mineira à base de carvão vegetal, recurso que já escasseava em diversas partes do estado.

A política florestal de Arthur Bernardes possuía três pilares: a) defesa das florestas existentes nas terras públicas; b) instituição de reservas florestais; c) promoção do reflorestamento e da silvicultura, tendo Estados Unidos, Austrália e Canadá como inspiração. Um dos instrumentos dessa política eram os hortos florestais, que receberam investimentos expressivos. Ao Horto de Belo Horizonte, mais antigo, se juntaram os de Nova Baden (criado em 1923, no município de Águas Virtuosas, no Sul de Minas) e Cataguases (criado em 1924, na Zona da Mata). Os hortos tinham a missão de distribuir mudas de essências florestais (principalmente eucalipto), estudar, aplicar e difundir a silvicultura e instruir os lavradores sobre o melhor aproveitamento da madeira. O outro instrumento da política florestal eram os “fiscais de matas”, funcionários que deviam impedir a invasão dos terrenos devolutos, prevenir e combater incêndios, coibir a exploração clandestina das florestas e auxiliar na legalização de posses antigas. Bernardes tentou sem sucesso aumentar

²¹ Sobre este ponto, ver DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, especialmente capítulos 10 e 11. As citações são das páginas 249 e 253.

o número desses funcionários – nos anos 1920, apenas 4 ou 5 fiscais de matas atuaram em Minas Gerais. Por isso, viu-se obrigado a concentrar a ação dos fiscais nas áreas dos rios Doce e Mucuri, onde a indústria madeireira estava mais presente.

As estratégias de ocupação e conversão da floresta no Mucuri

Todavia, Arthur Bernardes foi o primeiro a reconhecer que a atuação do governo na bacia do Mucuri não possuía a força necessária para promover o “aproveitamento racional” das terras devolutas e das matas. Na Mensagem de 1921, lida no Congresso Mineiro em 15 de junho daquele ano, o Presidente, sem meias palavras, admitiu:

Continuam as terras devolutas nas zonas dos rios Doce e Mucuri a ser invadidas e devastadas por intrusos (...). É impraticável uma fiscalização rigorosa para evitar a incursão deles, dada a grande extensão das áreas devolutas e a dificuldade de acesso em muitos pontos da mesma. Seria, talvez, ocasião de ensaiar-se o arrendamento por longo tempo e preço mínimo (...), fixando-se esses desbravadores da mata ao solo que eles cultivam, sem que o Estado perca o domínio direto.²²

Não veio nem a mudança legislativa sugerida por Bernardes, nem tampouco o salto de eficácia nos trabalhos do 3º distrito de terras, sediado em Teófilo Otoni, que o governante esperava. O próprio Bernardes considerou que as medições de terra no Mucuri estavam muito longe de corresponder às necessidades dos serviços de regularização fundiária. Disso dá mostra a tabela abaixo:

²² Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado, Dr. Arthur da Silva Bernardes, ao Congresso Mineiro em sua 3ª sessão ordinária da 8ª legislatura no ano de 1921. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1921, p. 76-77.

Tabela 3: Áreas medidas pelo 3º distrito de terras – 1922 a 1926

Ano	Área (hectares)
1922	2.189,1
1923	14.408,4
1924	15.000,0
1925	16.221,5
1926	2.478,2
Total: 50.297,2	

Fonte: Mensagens do Presidente do Estado de Minas Gerais ao Congresso Mineiro. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1923 a 1927.

A área total medida pelo serviço de terras do Estado no Mucuri, entre 1922 e 1926, representava 3,59% da superfície da bacia. Se se levar em conta que parte das terras medidas não chegou a ser legitimada ou adquirida em hastas públicas, conclui-se que esmagadora maioria das terras ocupadas no Mucuri constituía “posses” nas mãos de “invasores” ou de grileiros.

A documentação cartorial das cidades da bacia do Mucuri, ainda hoje quase inexplorada, contém outras evidências do abismo entre as intenções do Governo mineiro e os resultados do processo de efetiva ocupação das terras devolutas na região. Os registros indicam o fato de que os terrenos patrimoniais do Estado foram ocupados e transacionados sem qualquer controle, ao arrepio da lei, mas com a conivência dos notários, alimentando um mercado de terras que operava com base em títulos fraudulentos e favorecia a concentração fundiária.

O oeste da região do Mucuri foi ocupado predominantemente por estabelecimentos de agricultura diversificada, de tamanhos variados, mas com maioria de pequenas unidades. Disso, a documentação cartorial de Malacacheta, município mais antigo desta zona, fornece indícios. Abaixo, são transcritos alguns registros:

Escritura de compra e venda. Em 30 de dezembro de 1893, João Rodrigues de Souza vendeu a Manoel Caetano de Assumpção três partes de terras de cultura em terrenos do Estado, chácaras de cafezais mais engenhos e casas de morada no lugar denominado Bimbarra, freguesia de Malacacheta,

pela quantia de 400\$000 réis (Cartório do 1º Ofício, Livro 4, p. 2-3. Malacacheta).

Escritura pública de compra e venda. Em 25 de janeiro de 1894, Manoel Gomes Leal e sua esposa Colecta Raimunda de Jesus, moradores nesta freguesia, venderam para Baltazar Camargos Lyra uma fazenda de terras de cultura, com engenho, gangorra [monjolo], cafezal e benfeitorias, sita no lugar denominado São João da Mata, pela quantia de 400\$000 réis (Cartório do 1º Ofício de Notas, Livro 4, p. 4-5. Malacacheta).

Escritura de compra e venda. Em 22 de abril de 1918, Pedro Teixeira Pinho, negociante, e sua mulher Dona Tereza Cordeiro de Oliveira venderam para José dos Santos Coimbra Sobrinho, lavrador, uma fazenda de terreno de 25 alqueires de terras, cafezal, pasto, gangorra e uma casa velha no ribeirão Santa cruz neste distrito, pela quantia de 1:300\$000 (Cartório do 1º Ofício de Notas, Livro 11, p. 6-7v. Malacacheta).

Escritura de compra e venda. Em 14 de novembro de 1919, Vitor Gomes Leal e sua mulher Laurentina Esteves da Costa venderam para Carlos Ribeiro Mendes uma casa de morada e pequena chácara de café em terrenos pertencentes ao Estado no Ribeirão da Serra, neste distrito, pela quantia de 450\$000 réis (Cartório do 1º Ofício, Livro 11, p. 61-61v. Malacacheta).

Na porção norte da bacia do Mucuri, na área do Vale do Pampã, os registros cartoriais apontam a presença marcante da pecuária nas posses abertas nas matas, já nos anos 1910. As pequenas posses combinavam lavoura e criação de gado, como exemplificam os seguintes documentos:

Escritura pública de compra e venda. Em 30 de janeiro de 1917, Abílio Gomes de Azevedo e sua esposa Maria Altino de Azevedo venderam para Durval Mathias de Almeida, por 500 mil réis, uma fazenda de cultura e criar, em terras do Estado, no lugar denominado Pontilhão, à margem do rio Negro, com casinha de telhas (...), pastagens e cercas de madeira de lei (Cartório do 1º Ofício, Livro 1, p. 5-5v. Águas Formosas).

Escritura. Em 30 de abril de 1919, João Gomes dos Santos e seus irmãos venderam a José Martins de Oliveira um direito

de posse em terras do Estado, neste distrito, à margem direita do ribeirão Alcobaça, contendo casa coberta com telhas e uma casinha, curral, pastagens de capim colônião, cafeeiros, cercas de madeira de lei e três cancelas (Cartório do 1º Ofício, Livro 1, p. 67v-69. Águas Formosas).²³

Escritura. Em 28 de maio de 1919, Manoel Antônio Teles dos Santos e Maria Ana de Jesus venderam uma posse em terrenos do Estado, na margem direita do Pampã, contendo uma casinha coberta de telhas e cavacos, benfeitorias de cafeeiros, laranjeiras, bananeiras, cana-de-açúcar, pastagens e rego d'água, tudo pela quantia de 400 mil réis (Cartório do 1º Ofício, Livro 1, p. 70-70v. Águas Formosas).

Recibo. Em 18 de dezembro de 1920, Marçal Bispo Furtado recebeu de Jorge José Lourenço a quantia de 400\$000 pela venda de uma posse em terreno do Estado com rancho coberto de cavacos, mil pés de cafeeiros, uma abertura de meio alqueire de duzentas braças quadradas empastada de capim colônião, sita no córrego do Candinho (Cartório do 1º Ofício de Notas, Livro 1, p. 91v. Águas Formosas).

Ao lado da pequena propriedade havia, também, grandes fazendas praticamente especializadas em pecuária, capazes de gerar fortunas consideráveis, como indicam os dois registros transcritos a seguir:

Em 16 de fevereiro de 1917, Luiz Altino Xavier da Silva vendeu, para Zeferino Martins de Oliveira, uma fazenda de cultura e criar, no lugar denominado margem do rio Alcobaça, em terrenos do Estado, contendo casa coberta com 5 portas e 3 janelas, cercas e pastagens de capim colônião e mais uma casinha, pelo preço de 1 conto e 500 mil réis (Cartório do 1º Ofício, Livro 1, p. 6v-8. Águas Formosas).

Procuração. Em 8 de março de 1917, Eufrosina Maria de Jesus, viúva de João de Souza Medina, fazendeiro e negociante de gado, nomeou seus procuradores os drs. Auto de Sá e Alfredo Sá para liquidação de seguro de 30 contos de réis feito por seu falecido marido na Cia. Aliança Mineira com sede

²³ Observe-se, nesse documento e no anterior, a referência ao uso de madeiras nobres das matas do Mucuri para a confecção de benfeitorias nas posses – nos dois casos, cercas de mangas de pasto.

em Ponte Nova (Cartório do 1º Ofício, Livro 1, p. 11. Águas Formosas).

Indubitavelmente, a documentação cartorial mencionada permite afirmar que camponeses e fazendeiros foram os agentes privilegiados da ocupação regional.²⁴ Uma ideia da força da corrente migratória responsável pela colonização da bacia do Mucuri é fornecida pelos dados populacionais seguintes:

Tabela 4: População do Vale do Mucuri – 1890 a 1950

Ano	Nº de habitantes
1890	13.222
1900	15.038
1920	163.199
1950	236.297

Fonte: MINAS GERAIS. Secretaria da Agricultura. **Minas Gerais segundo o recenseamento de 1920.** Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1924. IBGE. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros.** Rio de Janeiro, 1958, v. XXIV.

Ora, isto coloca a questão de saber de que modo a transformação da floresta foi realizada por estes atores distintos e numerosos que acorreram para a região, de acordo com os significados que eles conferiam à mata e à terra, seus interesses, motivações e os conflitos que caracterizaram suas trajetórias. Trata-se de “reconhecer diferentes formas de apropriação, ligadas a diferentes modos de vida e visões de mundo, de diferentes indivíduos e grupos, com diferentes formas de interação e diferentes identidades”.²⁵ Afinal, como

²⁴ Para detalhes sobre as origens de fazendeiros, posseiros e agregados pioneiros no Mucuri, suas rotas e estratégias de migração ver MARTINS, Marcos Lobato e NUNES, Marcos Antônio. “O povo saía quando o recurso era pouco: migrações rurais do Médio Jequitinhonha para o Vale do Pampá na primeira metade do século XX”. *Anais Seminário Visões do Vale IV.* Belo Horizonte: UFMG, maio 2009.

²⁵ CARVALHO, Ely Berço de. “Os historiadores e as florestas: dez anos depois de *A Ferro e Fogo*”. *Esboços.* 2005, Vol. 13, pp. 107-124. Ver também CABRAL, Diogo de Carvalho. “Substantivismo econômico e história florestal da América portuguesa”. *Varia História.* Belo Horizonte: 2008, Vol. 24, nº 39, pp. 113-133.

ensinou Thompson, a floresta se apresenta como *locus* onde surgem ocupações, reivindicações e apropriações de recursos ambientais (solo, madeira, água, frutos, caça, etc.) sob a vigência de intrincada regulamentação formal e informal (lei e costume).²⁶

As pequenas posses camponesas representaram uma forma específica de apropriação dos terrenos e dos recursos naturais. Como no vizinho Vale do Jequitinhonha, o produto dos pequenos roçados destes “sítios” servia para o consumo direto e o excedente era comercializado em feiras livres nos núcleos urbanos mais próximos.²⁷ Os poucos hectares sob a posse da família camponesa abrigava a casa de morada, o quintal, uma fonte de água, as plantações de mantimentos e uma manga (pasto natural cercado), não raro o chiqueiro, a fábrica de farinha e a engenhoca de fazer rapadura. As áreas de mata em torno aos sítios eram usadas pelos posseiros para a coleta de frutos, raízes, plantas medicinais e para a extração de madeiras (construção de habitações, benfeitorias, utensílios diversos) e lenha. As matas constituíram também o espaço de criação do gado à “solta”. No sistema agrícola dos pequenos posseiros, havia complementaridade entre o sítio, terra da família, e a mata, terra indivisa e de uso coletivo, complementaridade essa decisiva para a economia da família de colonos.

Dentro do sítio, o posseiro empregava a chamada “roça de toco”, baseada em técnicas aprendidas com os indígenas e tradicionalmente empregadas em Minas Gerais. Parte da floresta era derrubada, ateava-se fogo sobre o terreno para limpá-lo de galhos e folhas e os tocos remanescentes eram

²⁶ THOMPSON, Edward P. *Senhores e caçadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 32.

²⁷ A descrição da agricultura familiar tradicional praticada no Alto Jequitinhonha pode ser encontrada em trabalhos como os de GRAZIANO, Eduardo; GRAZIANO NETO, Francisco. “As condições da reprodução camponesa no Vale do Jequitinhonha”. In *Perspectivas*. São Paulo, 1983, n° 6, pp. 85-100. GALIZONI, Flávia Maria. “Terra, ambiente e herança no alto Jequitinhonha, Minas Gerais”. *Revista de Economia e Sociologia Rural*. Brasília: 2002, Vol. 40, n° 3, pp. 561-580. RIBEIRO, Eduardo Magalhães. *Op cit.*

arrancados. Sobre a terra assim preparada, faziam-se plantações, cujos rendimentos nos primeiros anos eram fabulosos, conforme observara Saint-Hilaire.²⁸ Após cinco ou seis anos, o terreno era deixado em pousio, descansando por dez a quinze anos, para rebrota natural da vegetação, enquanto outra área era preparada para receber novas roças. O sítio, portanto, configurava um mosaico: terrenos em plena produção, terrenos em descanso e terrenos em preparação. Por isso, configurava uma forma de organização da produção e do espaço que tinha no usufruto relativamente harmônico do meio ambiente uma de suas características mais salientes. Essa agricultura de pousio requeria que a gleba do posseiro tivesse mais área de cultura do que a efetivamente ocupada por roças e, ademais, que houvesse possibilidade de incorporação de novas terras no caso do crescimento da família. A reprodução do sistema, respondendo ao aumento demográfico, dependia da fronteira aberta.²⁹ Do contrário, a gleba familiar tenderia a ser subdividida, a terra de cultura tornaria-se menor, o tempo de pousio seria reduzido, a fertilidade cairia e, conseqüentemente, a produção de mantimentos declinaria.

O fato a ressaltar é que o pequeno posseiro encarava a terra como meio de produção e patrimônio, lugar de existência familiar e comunitária em que procurava “viver com fartura”, de acordo com a tradição, lançando mão de conhecimentos e técnicas elaborados no longo convívio com a natureza. As modernas noções de “propriedade”, “capitalização” e “lucro” lhe eram estranhas. Esta agricultura familiar caracterizava-se por usar os recursos do ambiente de maneira mais cautelosa, sendo menos impactante.

²⁸ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Op cit.*

²⁹ Em obra clássica, referente a áreas de fronteira em processo de ocupação por lavradores que abriam posses na mata, Antônio Cândido chamou atenção para a importância da mobilidade em busca de novas terras na “sociedade caipira”, resultante da agricultura itinerante e do aumento de tamanho da família. Cândido assinalou que o ambiente é, simultaneamente, elemento dadivoso e limite para as organizações produtivas dos agricultores familiares. CÂNDIDO, Antônio. *Parceiros do Rio Bonito*. s. l.: Duas Cidades, 1975.

Bastante distinto foi o modo de apropriação das terras devolutas do Mucuri posta em prática pelos grandes fazendeiros. Estes proprietários, muitos dos quais originários do entorno de Jequitinhonha, Joáima, Almenara e Pedra Azul (localidades do Vale do Jequitinhonha), concentraram terras em grandes fazendas de pecuária extensiva, recebendo, em regime de agregação, lavradores que trabalhavam diminutas parcelas de terrenos dentro dos limites destas fazendas e forneciam mão de obra para tarefas específicas (derrubar matas, “bater pastos”, construir cercas e benfeitorias, integrar grupos de jagunços, etc.). Nessas grandes unidades pastoris, o personagem típico era o vaqueiro.³⁰

Uma grande fazenda típica na bacia do Mucuri, na virada do século XIX para o século XX, era composta de centenas de alqueires divididos entre roças, pastos, matas e posses de agregados, espaço em torno do qual gravitavam, frequentemente, 50 ou 60 famílias sob o domínio patriarcal do “coronel”. Anualmente, os pastos eram “batidos” usando-se o fogo e a foice, método rústico para limpar as “capoeiras”. Após trinta ou quarenta anos, pouco mais ou menos, a área de pastagem ficava envelhecida e novas zonas precisavam ser desmatadas. Era preciso, então, mudar de lugar, abrir outra fazenda ou resignar-se a uma existência medíocre no porvir.

Nas fazendas pioneiras criavam-se, em pastos de capim-gordura, bois *crioulos* ou *pés-duros*, oriundos de velhas raças portuguesas (Barrosa, Mirandeza, Arouqueza e Turina), resistentes e rústicos, mas sem qualidades de peso, rendimento e precosidade. Esse gado era vendido para a zona cacaueteira baiana, em transações sem dinheiro à vista, de pouca monta e prazos longos. Mas a Primeira Guerra Mundial provocou mudanças estruturais nos mercados (nacional e internacional) de alimentos. O mercado de carne adquiriu

³⁰ Na historiografia brasileira, a obra clássica sobre a pecuária do sertão é ABREU, Capistrano de. *Capítulos de história colonial, 1500-1800*. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: Publifolha, 2000. Sobre as fazendas de gado e os vaqueiros do leste de Minas Gerais, há um trabalho interessante de DUARTE, J. *Vultos sem história*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1969.

dinamismo, os preços aumentaram bastante, os fazendeiros da região expandiram as áreas de pasto e melhoraram seus rebanhos. Influenciados pelos criadores do Jequitinhonha, os grandes fazendeiros da bacia do Mucuri introduziram o colônião e raças indianas (Gir, Nelore e Indubrasil) nas fazendas.³¹ A partir dos anos 1920, os pastos de colônião avançaram impiedosamente sobre as matas das porções centro-leste e norte do Mucuri, pressionando, simultaneamente, as posses dos pequenos sitiantes e as parcelas de terrenos onde ficavam assentados os agregados. A “fome de terra” das grandes fazendas de gado do Mucuri engoliu propriedades menores e sítios camponeses, inclusive lançando mão da violência dos jagunços. Por isso, as “correrias” ficaram tristemente famosas na região.³² A propósito, José Romário, integrante do sindicato de trabalhadores rurais e morador de Águas Formosas, tem viva lembrança de sua avó a relatar “casos e mais casos de gente que era assassinada e que ninguém podia falar nada. Tem muita gente enterrada aí que morreu por causa da violência nos confrontos com fazendeiros”.³³

Os memorialistas da região mencionam, entre os grandes pecuaristas, nomes como Zeferino e José Martins de Oliveira, João de Souza Medina, Arminio Bossaide, José Quarasma da Costa, Avelino Vilela, Belarmino Ferreira de Souza, João Gonçalves da Rocha e Olinto Medrado – verdadeiros senhores do Vale do Pampã.³⁴ Fazendeiros cujas boiadas eram destinadas aos abatedouros de Campos (RJ) e que almejavam mais do que “viver com fartura”, trabalhar a terra com dignidade e tecer vínculos comunitários, como desejavam os pequenos posseiros e agregados. Crescentemente integrados

³¹DUARTE, J. *Op cit*, p. 47-72.

³² “Correria” era o nome dado aos deslocamentos forçados de populações decorrentes de disputas fundiárias nas regiões do Médio e Baixo Jequitinhonha e no Mucuri. Estes conflitos foram tão intensos quanto os ocorridos na bacia do Rio Doce, estudados por BORGES, Maria Eliza Linhares. “A recriação de uma fronteira: a luta pela terra no Leste de Minas Gerais”. In *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte: jul. 1991, nº 73, pp. 173-201.

³³ Entrevista de José Romário, 60 e poucos anos de idade. 16 /07/ 2008, concedida a Reginaldo Gonçalves de Souza em 16 de julho de 2008.

³⁴ SANTOS, Péricles R. *Op cit*, p. 157.

aos circuitos de negócios do Sudeste, os grandes pecuaristas do Mucuri esforçaram-se no sentido de acumular terras e imóveis urbanos (em Belo Horizonte e no Rio de Janeiro), ações e títulos, dinheiro e poder político. Dois exemplos ilustram essa trajetória. O coronel José Quaresma da Costa, o Juca Quaresma, chefe político do Pampã nos anos 1940-1960, saiu de Joáima (Vale do Jequitinhonha) para Crisólita por volta de 1920. Aí fez fortuna como negociante e fazendeiro. Adquiriu muitas grandes fazendas em Crisólita e Águas Formosas, investiu em títulos públicos e ações de empresas, inclusive de serrarias que atuavam no Mucuri, Tornou-se proprietário de imóveis em Águas Formosas, Teófilo Otoni, Belo Horizonte e Rio de Janeiro. A tradição oral de Águas Formosas assevera que Juca Quaresma passava, anualmente, pelo menos três meses num luxuoso apartamento na Vieira Souto, em Copacabana, para onde de avião desde o aeroporto de Teófilo Otoni. Theopompo Almeida, fazendeiro originário de Pedra Azul (Vale do Jequitinhonha), que levava 15 mil bois por ano para a Bahia, migrou para Joáima e, depois, para Carlos Chagas, onde faleceu com excelente conceito comercial. Almeida foi dono de imóveis em Pedra Azul e Belo Horizonte, envolveu-se com empresas de mineração e possuiu títulos da dívida pública federal.³⁵

Entre os grandes pecuaristas do Mucuri, a concepção da terra como simples mercadoria avançava. Por isso, muitos deles fecharam transações de terra com ruralistas forâneos e grandes companhias madeireiras, ou fizeram acordos com elas relativos à exploração das matas localizadas em suas propriedades, como se verá adiante. É claro que estes grandes pecuaristas não foram empresários dotados de mentalidade capitalista *stricto sensu*, uma vez que a reprodução ampliada do capital não era o único objetivo da renda

³⁵ Sobre José Quaresma da Costa, ver SANTOS, Pêricles R. *Op. cit.*. Sobre Theopompo de Almeida, ver ALMEIDA, Alirio. *Vínculos de uma família*. Salvador: 1977. Sobre fortunas de fazendeiros do Mucuri, ver RIBEIRO, Eduardo Magalhães. "Vaqueiros, fazendas e pecuária extensiva no Nordeste de Minas Gerais na primeira metade do século XX". In *Anais do VIII Seminário sobre a Economia Mineira*, Belo Horizonte: 1998, v. 1, pp. 115-145.

extraída da terra, porque eles também buscaram reiterar as diferenças sociais e os mecanismos de poder. Todavia, como assinalou José de Souza Martins, a partir do último quartel do século XIX a terra passou a assumir, crescentemente, o papel de equivalente de capital antes desempenhado pelo escravo.³⁶ Assim, os grandes pecuaristas do Mucuri não hesitaram em empregar seus cabedais, inclusive o dinheiro resultante dos negócios com gado e extração de madeira, para se apossarem de mais e maiores terras, controlar o destino de mais gente e comandar a política nos pequenos núcleos urbanos da região. Por conseguinte, as matas – que os camponeses concebiam como “natureza que foi Deus quem fez” e, portanto, não é de ninguém, de modo que apenas o trabalho humano dá direito a posses e usufruto de seus recursos – e muitos terrenos ocupados por posseiros foram incorporados, sem choro nem vela, pelos grandes pecuaristas.

Alguns números permitem avaliar a dimensão que a pecuária tomou no Mucuri entre os anos 1920 e 1950. O Recenseamento de 1920 contou, no Município de Teófilo Otoni (que englobava praticamente toda a bacia do Mucuri), 39.683 bovinos, 17.164 equinos, 8.869 asininos e 77.133 suínos.³⁷ Quarenta anos depois, um único fazendeiro de Pavão possuía 35 mil cabeças de gado.³⁸ Em 1958, somente o Município de Carlos Chagas possuía 145.000 bovinos, 9.000 equinos, 5.650 asininos e 70.000 suínos (IBGE, 1958). Em 1970, a cidade se gabava de ter o maior rebanho bovino de Minas Gerais e a maior densidade de bois do Brasil. A tabela seguinte fornece os números do rebanho bovino constantes na *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros* de 1958:

³⁶ MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. São Paulo: Hucitec, 1986, p. 23-24.

³⁷ MINAS GERAIS. Secretaria da Agricultura. Serviço de Estatística Geral. *Atlas Chorográfico Municipal*. Belo Horizonte, Imprensa oficial, 1926. Vol. 2.

³⁸ Depoimento de Antônio Martins (morador de Pavão, 73 anos de idade), 18/07/2008, colhido por Reginaldo Gonçalves de Souza em 18 de julho de 2008.

Tabela 5: Rebanhos bovinos nos municípios do Vale do Mucuri – 1958

Município	Cabeças de gado
Carlos Chagas	145.000
Águas Formosas	72.000
Teófilo Otoni	68.000
Malacacheta	40.000
Machacalis	34.000
Nanuque	31.000
Ladainha	12.300
Poté	12.000

Fonte: IBGE. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, v. XXIV, 1958.

Para que não fique dúvida a respeito do processo de pecuarização da economia no Mucuri, vale observar os números da tabela abaixo, que fornecem a proporção das áreas de pastagens nas propriedades rurais da região do Mucuri entre 1940 e 1985:

Tabela 6: Índice de pecuarização no Vale do Mucuri – 1940 a 1985

Ano	% da área das propriedades em pastos
1940	34,1
1960	63,0
1970	80,4
1985	81,1

Fonte: Dados compilados em PAULA, João Antônio de (org.). *Biodiversidade, população e economia...* Ver nota n. 53.

Uma das consequências da expansão da pecuária foi a pressão migratória colocada sobre as populações rurais, trabalhadores agregados e pequenos sitiantes. A pecuária acelerou o fluxo migratório rural que se dirigiu, em parte, para as cidades da região e, principalmente, para fora do Mucuri. A situação é bem desenhada pelo depoimento de Idelfonso Pereira, funcionário aposentado da Prefeitura de Fronteira dos Vales, com mais de 70 anos de idade. Diz ele: “Tinha muito agregado na região toda. Foi o nelore entrar e mudou tudo. Hoje não tem agregado. Os fazendeiros não aceitam ninguém.

É só um vaqueirinho. Quando precisa, vem na cidade, pega um sujeito que trabalha um ou dois dias e pronto”.³⁹

Extração e comércio de madeira na bacia do Mucuri

O aproveitamento do fabuloso estoque de madeiras de lei existente nas matas da região havia sido o objetivo principal da criação, em 1880, da Empresa Estrada de Ferro Bahia-Minas, liderada pelo engenheiro Miguel de Teive e Argolo. Fornecer dormentes para as demais ferrovias brasileiras e madeira para a construção civil das grandes cidades do Sudeste, e eram as metas de Miguel de Teive e Argolo e dos sócios da praça carioca que adquiriram ações da Bahia-Minas.⁴⁰

De fato, ao longo da história de quase noventa anos da Bahia-Minas (ver anexo 2), o transporte de madeira representou o maior negócio da ferrovia. No ano de 1920, a EFBM exportou 1.328,9 toneladas de madeira e consumiu 518,5 toneladas de dormentes e 4.225 metros cúbicos de lenha (Mensagem de 1921, p. 77). Essas cifras de exportação e de consumo de madeira pela Bahia-Minas só fizeram crescer nos anos seguintes, mesmo porque ocorreu a expansão dos trilhos até Araçuaí e aumentou o volume de tráfego. Relatório oficial sobre a estrada de ferro, referente aos anos 1920, fornece indicação da importância da madeira no movimento de mercadorias realizado pela Bahia-Minas. É o que se infere na tabela abaixo:

Tabela 7: Movimento de mercadorias na EFBM – Anos 1923-1924

Mercadorias	1923	1924
Madeira	16.148 t	27.491 t
Café	5.784 t	9.046 t
Cereais	1.451 t	942 t
Sal	3.074 t	3.365 t
Outras	19.667 t	10.440 t

Fonte: BRASIL. Ministério da Viação e Obras Públicas. *Relatório sobre as ferrovias brasileiras*, Rio de Janeiro, 1924, p. 161.

³⁹ Depoimento de Idelfonso Pereira, 17/07/2008, colhido por Reginaldo Gonçalves de Souza.

⁴⁰ Conforme GOMES, Jaime. *Um trem passou em minha vida. Contos, crônicas, artigos*. Teófilo Otoni: Gráfica Expresso, 2006, p. 20-22.

Ainda no início do século passado, começaram a surgir empreendimentos madeireiros de porte no Vale do Mucuri. A cidade de Nanuque cresceu em torno de uma estação improvisada num vagão ferroviário, que servia à primeira serraria instalada na região. Os lotes de madeira cortada na forma de tábuas eram embarcados nas composições da Bahia-Minas e transportados até o porto de Ponta de Areia, de onde eram exportados para o Rio de Janeiro. A referida serraria pertencia à Companhia Industrial do Mucuri, empresa criada por João Américo Machado, e inaugurada em 1911. A Companhia Industrial do Mucuri operava a partir de concessão obtida do governo mineiro para colonizar uma gleba de 10 mil hectares de terra. Na verdade, a empresa de Américo Machado limitou-se a cortar, beneficiar e comercializar a madeira existente nessa gleba e em áreas próximas.⁴¹ No ano seguinte, a Estrada de Ferro Bahia-Minas instalou, em Nanuque, um posto de abastecimento de combustível florestal. Isso estimulou a chegada de mais serrarias, muitas delas empreendimentos de estrangeiros. Nos anos 1920, época na qual as serrarias do Rio de Janeiro e São Paulo se interessaram pelas reservas de peroba-do-campo, existentes nos vales dos rios Doce e Mucuri e na região norte do Espírito Santo, instalaram-se na cidade a Trajano de Medeiros e Cia. (uma grande serraria automática), a Montanha Industrial Ltda. e a Companhia Madeireira Vindilino Lima.⁴² Na década de 1930, as serrarias

⁴¹ A Companhia Industrial do Mucuri foi encampada, no final da década de 1940, pela Brasil-Holanda S.A Madeiras Compensadas. Em 1978, as instalações originais da serraria foram desativadas. Para maiores informações, ver GOMES, Jaime. *Op cit.* p. 37. Ver também SILVA, M. A. F. P. (Coord.). *Expedição Rio Todos os Santos: rio de todos que te queremos santo*. Teófilo Otoni: Movimento Pró Rio Todos os Santos e Mucuri, 2006.

⁴² Até a Primeira Guerra Mundial, a indústria madeireira brasileira preferia o pinho-de-riga importado da Letônia, Estônia e Lituânia. As dificuldades postas pela guerra para a importação do pinho favoreceu a sua substituição pela peroba, madeira de troncos retos, clara, macia, resistente e de diversas utilidades. As serrarias fluminenses e paulistas primeiro compraram a peroba extraída da região de Campos. Depois, elas se voltaram para a peroba, o cedro e o jacarandá existentes nas matas de Minas Gerais e do Espírito Santo. Ver HASSE, Geraldo. "Crescimento verde: o Espírito Santo no caminho da sustentabilidade florestal". *Cadernos do SINDIEX*. Vitória, SINDIEX, 2004, nº 4.

de Nanuque começaram a empregar caminhões e a construir pequenas rodovias para o transporte das toras de madeira.

A demanda crescente de madeira no Brasil, na Europa e nos Estados Unidos a partir da Segunda Guerra Mundial estimulou a implantação de muitas outras serrarias no Vale do Mucuri. Em 1947 foi constituída a empresa Brasil-Holanda S.A Madeiras Compensadas, de capital multinacional, voltada para a exportação de madeira nobre para a Europa, Estados Unidos e Japão. Esta foi, sem dúvida, a maior empresa madeireira que atuou na região. Suas operações cessaram na virada de 1983 para 1984, quando praticamente não havia estoque de árvores que sustentasse a escala de produção de suas unidades industriais. A Brasil-Holanda ficou conhecida como fabricante do melhor compensado da América Latina, além de produzir tacos, tábuas, postes e dormentes.⁴³ No auge de suas operações, a empresa chegou a empregar 4 mil trabalhadores. Suas máquinas de laminação eram alimentadas apenas com madeira com mais de 1,40m de circunferência. Madeira que era retirada no entorno de Mayrink, Nanuque, Umburatiba e Serra dos Aimorés, inclusive com o emprego de tratores e arrastões de correntes nas áreas mais planas. A Brasil-Holanda estabelecia com os proprietários dos terrenos de mata contratos para exploração da madeira, em troca da confecção de mourões, cercas, pontilhões, mata-burros e implantação de pastagens.

Nanuque, hoje a segunda maior cidade da região, transformou-se no polo da indústria madeireira do Mucuri, fato reconhecido, em 1949, pelo Coronel Adalberto Pompílio, diretor da Estrada de Ferro Bahia-Minas:

A cidade é um núcleo de população bastante desenvolvido, com futuro muito promissor, localizado dentro da mata, à margem esquerda do rio Mucuri. Possui boas serrarias, fábrica de compensado e laminados, boas terras que tudo pro-

⁴³ Conforme IBGE. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. Nanuque*. Rio de Janeiro, 1958, v. XXIV.

duzem e desenvolvida indústria de extração de madeiras, principal produto de exportação da estrada.⁴⁴

Não obstante, havia em diversos pontos do Mucuri outras serrarias de porte menor. As empresas do setor madeireiro de Governador Valadares implantaram unidades em Pavão, Crisólita, Águas Formosas e Teófilo Otoni, no decurso dos anos 1940 e 1950. Em Serra dos Aimorés, as famílias Schaper e Reuter instalaram serrarias que atraíram migrantes do norte de Minas e do sul da Bahia, bem como alguns italianos e alemães. Um dos trabalhadores dessas empresas foi Miguel Francisco do Amaral, natural de Jequitinhonha, que viajou pela antiga estrada São Miguel-Urucu, aos dezoito anos de idade, logo após a Segunda Guerra, para trabalhar nas fazendas que exploravam madeira e criavam gado. Miguel do Amaral foi “motorista de caminhão, dos caminhões que levavam a madeira de Serra dos Aimorés para as serrarias de Nanuque, e também de giricos [pequenos tratores] usados para derrubar as árvores com correntes”.⁴⁵ No distrito de Mayrink, pertencente a Carlos Chagas, também funcionou (até meados dos anos 1960) uma serraria que exportava madeira pelos trens da Bahia-Minas chamada Edimex, comandada pelo empresário do Rio de Janeiro de nome G. Camenets. Nessa firma, Durval Gonçalves dos Santos, nascido em 1943 numa posse camponesa situada às margens do rio Alcobça, próxima a Umburatiba, trabalhou como ajudante de carpinteiro no início dos anos 1960.⁴⁶ Em Crisólita havia uma serraria e, em Águas Formosas, duas empresas, que escovam a produção de tábuas pelas estações ferroviárias de Teófilo Otoni e Carlos Chagas.⁴⁷

⁴⁴ Relatório de 1949 do Cel. Adalberto Pompílio, diretor da EFBM. In *Revista Ferroviária. Suplemento Estradas de Ferro do Brasil*. Rio de Janeiro, 1949, p. 62-66.

⁴⁵ Depoimento de Miguel Francisco do Amaral (76 anos de idade, pequeno comerciante em Mayrink), 09/06/ 2009, colhido pelo autor.

⁴⁶ Depoimento de Durval Gonçalves dos Santos (vaqueiro aposentado, morador de Mayrink), 09/06/ 2009, colhido pelo autor.

⁴⁷ Depoimento de José Mendes Guimarães (pequeno comerciante de 81 anos de idade, morador de Crisólita), 30/10/ 2008, colhido pelo autor.

Depoimentos de antigos moradores da região possibilitam dimensionar a intensidade da extração de madeira em diversas áreas do Mucuri. São testemunhos eloquentes, cuja transcrição se faz a seguir:

Isso aqui [Umburatiba] fornecia peroba-do-campo pra tal de Bralanda [Brasil-Holanda], em Nanuque. E essa madeira saía constante, assim de 5 a 6 caminhões com cada tora imensa de madeira. Cabiúna também. Essa região, quando eu cheguei aqui, tinha muita mata. A mata era forte e ela foi acabada com o fogo e a madeireira, de forma que hoje até pra lenha é difícil.⁴⁸

Ainda tem alguma coisa de mata, mas as madeiras de lei foram todas tiradas. Tinha uma Serraria Otoni aqui [Pavão] que comprou essas madeiras todas. Ela teve aqui na faixa de 1951-1960, tirando essas madeiras. Inclusive as madeiras de Santa Luzia e Crisolita, destes lados todos. Teve também madeireira de Carlos Chagas operando por aqui.⁴⁹

Na mesma direção vai o trecho escrito pelo memorialista Ivan Claret Marques, referente à posição da indústria madeireira na economia de Nanuque durante os anos 1950:

Em 1960, a madeira gerava cerca de 60% da renda do município e os alimentos 12%. A mão-de-obra em quase sua totalidade era voltada para a madeira. Enquanto o estado de Minas Gerais cresceu 13% no ano de 1950, Nanuque cresceu quase 400% neste mesmo ano. Enquanto houve mata, houve riqueza. A madeira deu emprego a muitos operários, em muitas serrarias.⁵⁰

A madeira de desmatamento rendeu bom dinheiro para os fazendeiros do Mucuri. Ao “derrubar o mato” para ampliar os pastos, os proprietários, além dos ganhos futuros com a pecuária, obtiveram grande quantidade de perobas, aroeiras,

⁴⁸ Depoimento de Professor Zacarias, morador de Umburatiba desde 1966, 19/07/2008, colhido por Reginaldo Gonçalves de Souza.

⁴⁹ Depoimento de José Mamed Sarieldin, morador de pavão desde 1941, 18/07/2008, colhido por Reginaldo Gonçalves de Souza.

⁵⁰ FONSECA, Ivan Claret Marques. *Nanuque, seu povo, sua história*. Brasília: s.n., 1985, p. 81.

braúnas, ipês, jacarandás, vinháticos, sucupiras, angelins, cedros, etc., vendidos aos vorazes madeireiros das serrarias da região. Para as serrarias menores, espalhadas no leste e norte da bacia do Mucuri, as toras de madeiras eram levadas puxadas por bois. As árvores destinadas ao polo de Nanuque eram transportadas até as margens do Pampã e seus afluentes. Em seguida, os troncos eram jogados na água, na época das enchentes. Esses rios carregavam as toras até o Mucuri, na altura de Carlos Chagas, de onde elas seguiam arrastadas pela correnteza até Nanuque. Aí, a madeira era recolhida de dentro do Mucuri por “peões de pegar madeira”.⁵¹

Vale lembrar que, entre os anos 1920 e 1940, as matas do norte do Espírito Santo, vizinhas ao Mucuri, também sofreram intensa exploração madeireira. Por meio de concessões do governo capixaba – algo que não encontra paralelo no caso de Minas Gerais –, áreas enormes na região de São Mateus e Conceição da Barra tiveram a peroba extraída por cinco monopolizadores: os irmãos Artur e Humberto Donato, Laureano Diaz, Eliosípio Cunha e Carlos Alberto dos Reis Castro.⁵² Os rios Cricaré, Itaúnas, Preto e São Domingos foram empregados para o transporte das madeiras, amarradas em “balsas” de 150 a 300 toras, empurradas corrente abaixo até as serrarias localizadas nos portos de São Mateus e Conceição da Barra. A madeira seguia, então, para o Rio de Janeiro. Os madeireiros frequentemente empregaram jagunços contra os índios que habitavam as matas capixabas, o que também ocorreu na exploração das florestas do Vale do Rio Doce, no oeste do Espírito Santo e na região de Porto da Figueira (atual Governador Valadares, MG).

⁵¹ Depoimento de José Mamed Sarieldin, 18/07/2008, colhido por Reginaldo Gonçalves de Souza.

⁵² Ver: BORGIO, Ivan; ROSA, Léa Brígida Rocha; PACHECO, Renato José Costa. *Norte do Espírito Santo: ciclo madeireiro e povoação (1810-1960)*. Vitória: Edufes, 1966.

Considerações finais

A ocupação e o aproveitamento econômico do Vale do Mucuri foram estreitamente vinculados a variáveis ambientais, destacando-se a abundância de água, madeiras de lei e terras devolutas. Os colonos penetraram na mata, abriram clareiras nas quais construíram casas e iniciaram lavouras e pastagens. Os pequenos posseiros fizeram uma agricultura tradicional, conhecida pelo nome de “roça de toco”, cuja expansão dependeu, em alguma medida, da derrubada e queimada de cobertura florestal. Mas foi o avanço das grandes fazendas de pecuária, articulado com a exploração madeireira levada a cabo por serrarias de capital forâneo, notadamente após a Primeira Guerra Mundial, que produziu a pressão sobre a terra, o enfraquecimento do solo, a queda dos rendimentos agrícolas, a derrubada incessante das matas. Processo facilitado pela fragilidade da ação fiscalizadora e reguladora do Governo mineiro que, a despeito de possuir política florestal e de terras centrada na defesa do patrimônio natural e na sua exploração “racional e progressista”, não dispôs, no período considerado, de meios efetivos para aplicá-la no Leste.

Em áreas enormes do centro, do leste e do norte do Mucuri, a substituição da mata natural por capins de origem africana, como o colonião, gerou novas paisagens, em função de drástica transformação do quadro vegetal. Ocorreu uma verdadeira “savanização” do Mucuri ou, para usar a expressão do geógrafo americano J. J. Parsons, na região se produziu uma “africanização”.⁵³ A pecuarização da economia regional, a presença do latifúndio e a degradação da floresta inviabilizaram a sobrevivência dos camponeses, meeiros, parceiros e agregados tão numerosos nos momentos iniciais da conquista da fronteira. Tanto que, a partir dos anos 1950, o Vale do Mucuri deixou de ser área de atração de migrantes para se tornar área de expulsão de população.

⁵³ PARSONS, James J. “Spread of African pasture grasses to the American tropics”. *Journal of Range Management*. 1972, 25 (1), pp. 12-17.

No plano ambiental, o saldo líquido da atuação da indústria madeireira e da pecuária no Vale do Mucuri é amplamente negativo. Os números são impressionantes: em 1925, as matas cobriam 50,17% da região; em 1940, a cobertura florestal havia caído para 40,0% da superfície regional; em 1970, as matas correspondiam apenas a 7,0% da área do Mucuri. Nesse mesmo ano, 80% da área dos estabelecimentos rurais do Mucuri eram cobertos por pastagens.⁵⁴

Uma perspectiva mais atenta às diferenças espaciais que caracterizam os processos históricos regionais mostra que o desmatamento atingiu com força menor as porções oeste e sudoeste da bacia do Mucuri. Nessas áreas, uma combinação de fatores, como terrenos íngremes demais para a agricultura, a presença de muitas escarpas e vales fluviais estreitos e a maior resistência da agricultura diversificada (de base familiar), permitiu que a cobertura florestal original escapasse um pouco mais da destruição que varreu o Mucuri durante o século XX. Ao redor de Itaipé, Ladainha, Malacacheta e Poté restaram mais fragmentos de remanescentes florestais. Conforme as palavras de autores de recente estudo sobre a questão:

Nas últimas duas décadas, o desflorestamento na bacia do Mucuri foi recorrente, atingindo, sobretudo, as sub-bacias do leste, como as dos córregos São Julião e Barreado e a do rio Pampã. A porção oeste da bacia, porém, ainda apresenta uma proporção significativa de remanescentes florestais, abrigando parte considerável da biodiversidade do Mucuri.⁵⁵

De qualquer modo, a conclusão se impõe: historicamente, prevaleceu tendência de desmatamento na bacia do

⁵⁴ - Dados retirados de PAULA, João Antônio de (Org.). *Biodiversidade, população e economia: uma região de Mata Atlântica*. Belo Horizonte: UFMG, 1997, p. 62.

⁵⁵ - FELIPPE, Miguel Fernandes; NUNES, Marcos Antônio; BUENO, Justine. "Desmatamento da bacia do Mucuri em Minas Gerais: causas históricas e processos recentes". In WILDHAGEN, Cid Dutra (Org.). *Reflexões e experiências para a sustentabilidade do desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais*. Belo Horizonte: IDENE, 2009, pp. 251-270.

Mucuri, no período que se estende entre as décadas de 1890 e 1950. A derrubada da mata produziu a intensificação da erosão dos solos, principalmente nas encostas dos morros, e a perda da biodiversidade. Os processos erosivos, por sua vez, prejudicaram os cursos d'água e a fertilidade do solo. Tudo isso gerou a expropriação de lavradores e o rompimento da complementaridade entre o "sítio" (ou a pequena posse) e a mata, bem como a superexploração das áreas que restaram sob controle da agricultura familiar. Dessa forma, os modos predominantes de apropriação das terras devolutas e de conversão das matas no Mucuri deram origem a um círculo vicioso, reforçando a "vocação pastoril" da região, construída a partir dos anos 1920. Na perspectiva da longa duração, as atividades antrópicas na bacia do Mucuri, notadamente nas zonas centro-leste e norte, minaram as próprias bases de reprodução no espaço da sociedade regional.

Uma trajetória de crise ambiental que, ainda hoje, parece não ter encontrado seu termo. Ao contrário, as pressões socioambientais que pesam sobre o Mucuri continuam acentuadas. No atual momento de intensificação da produção e exportação de *commodities*, que implica num impulso na mercantilização dos territórios, assiste-se a expansão das monoculturas da cana-de-açúcar, de eucalipto e de pinus na região, bem como a implantação apressada e nada cautelosa de projetos hidrelétricos. Dessa forma, emergem novos conflitos ambientais no Mucuri ao mesmo tempo em que os grandes empreendimentos que se instalam na região persistem marcados pela baixa geração de empregos.

Dominado pela criação de gado, que agora se vê obrigado a dividir as áreas de pastagem com as grandes lavouras de matérias-primas usadas na produção de celulose e biocombustíveis, o Vale do Mucuri continua a exportar "água e sol", a dilapidar sua base de recursos naturais e a oferecer poucas oportunidades de vida digna para seus habitantes.

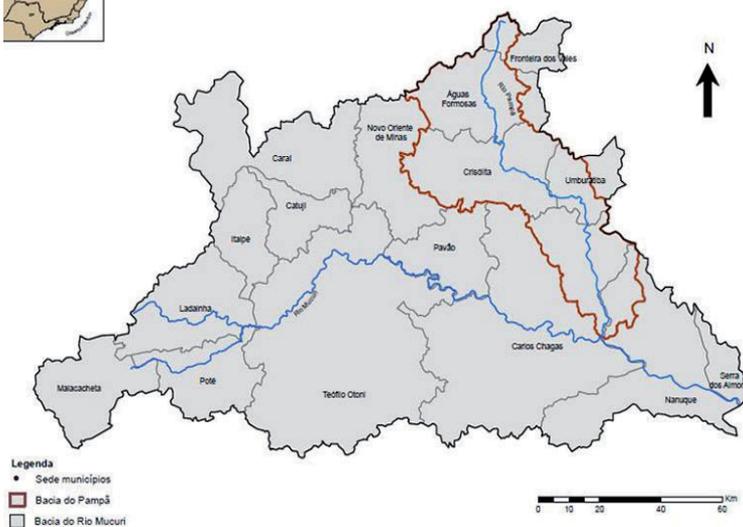
Agradecimento:

À FAPEMIG, pelo suporte oferecido ao Projeto “Diagnóstico socioambiental da bacia do Mucuri em Minas Gerais”, realizado pelo IGA-MG, sob a coordenação de Marcos Antônio Nunes, de que este artigo é um dos produtos.

Anexo I



Mapa de localização da bacia do Mucuri e sub-bacia do Pampã



a pecuária extensiva e a indústria madeireira minaram as bases de reprodução no espaço da sociedade regional. As fontes utilizadas são relatórios e estatísticas oficiais, documentos cartoriais, relatos de viajantes estrangeiros, textos de memorialistas locais e depoimentos de antigos habitantes da região.

Palavras-chave: Minas Gerais. Bacia do Mucuri. Ocupação. Camponeses e pecuaristas. Desmatamento.

Abstract: The Mucuri basin of northeast of Minas Gerais, one of the last agricultural frontiers in the southeastern Brazil, was occupied by migrants between 1890 and 1950. The aim of this article is to analyze the public land occupation of the region, as well as to comprehend the environmental impacts of the activities of peasants, cattlemen and logging companies. It concludes that extensive cattle and logging industry subverted the territorial reproductive basis of the regional society. This paper utilizes official reports and statistics, documents from public registry offices, narratives of foreign travelers, texts of local chroniclers and long-time inhabitant's testimonies.

Keywords: Minas Gerais. Mucuri Valley. Occupation. Peasants and cattlemen. Deforestation.

Recebido em 30/03/2010

Aprovado em 27/05/2010